



OS INVESTIMENTOS DIPLOMÁTICOS DOS ESTADOS UNIDOS PARA A PRÁTICA DA EDITORAÇÃO E A MEDIAÇÃO DE MANUEL PINTO DE AGUIAR PARA O INTERCÂMBIO COM OS USIS NO BRASIL E NA BAHIA (1958-1961)

THE UNITED STATES' DIPLOMATIC INVESTMENTS IN PUBLISHING PRACTICES AND MANUEL PINTO DE AGUIAR'S MEDIATION IN THE EXCHANGE WITH THE USIS IN BRAZIL AND BAHIA (1958-1961)

Larissa Penelu Bitencourt Pacheco¹

RESUMO

O presente artigo trata da atuação de Manuel Pinto de Aguiar (1910-1991) como editor e da história da *Livraria Progresso Editora* (1945-1996) no período pós-Segunda Guerra Mundial. O artigo aponta a influência dos investimentos diplomáticos dos Estados Unidos na prática da editoração e a relação de Aguiar com outros estudiosos das ciências econômicas, como autor de títulos sobre planejamento. A metodologia se fundamenta no ponto de vista de Pierre Bourdieu sobre a produção cultural e a delimitação dos campos acadêmicos, além da perspectiva da LPE como um aparelho privado voltado à disputa de hegemonia. As fontes incluem as correspondências de sua coleção (*Fundo Manuel Pinto de Aguiar*) e outros documentos que sustentam a análise de sua trajetória. O recorte temporal refere-se aos anos de maior atividade da editora, em razão de um trabalho conjunto com a embaixada estadunidense no país.

Palavras-chave: Livraria Progresso Editora; Guerra Fria; intelectuais.

ABSTRACT

This article examines the role of Manuel Pinto de Aguiar (1910-1991) as a publisher and the history of *Livraria Progresso Editora* (1945-1996) in the post-World War II period. It highlights the influence of U.S. diplomatic investments on publishing practices and Aguiar's relationship with other scholars of economic sciences, particularly as an author of works on planning. The methodology is based on Pierre Bourdieu's perspective on cultural production and the delimitation of academic fields, as well as the view of LPE as a private apparatus for the contestation of hegemony. The sources include correspondence from Aguiar's collection (*Fundo Manuel Pinto de Aguiar*) and other documents that support the analysis of his trajectory. The temporal focus refers to the years of greatest activity for the publisher, due to collaborative work with the U.S. Embassy in Brazil.

Keywords: Livraria Progresso Editora; Cold War; intellectuals.

¹ Doutora em História Social – Universidade Federal da Bahia; Docente Adjunta; Professora de História da América; Pesquisadora do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Estadual de Feira de Santana.

Contato: lpbpacheco1@uefs.br



A ABORDAGEM DA HISTÓRIA EDITORIAL NO BRASIL

O universo intelectual das livrarias brasileiras, a circulação de livros, o mercado editorial e os empreendimentos da produção cultural brasileira no universo pós-guerra foram evidenciados por meio de estudos de história sobre as editoras brasileiras e trajetória de empresas em diálogo com a história do livro. Da referência inicial de discussão sobre livros, empresas e publicações (HALLEWELL, 1985), outras portas vêm se abrindo para uma abordagem da trajetória de escritores e dos intelectuais desse universo. Um exemplo é o trabalho de Gustavo Sorá (2010), a respeito do percurso construído por José Olympio como empresário de livros e as conexões da livraria Brasileira, por ele fundada, com o mercado editorial brasileiro. Nesse universo, é possível destacar o quanto o movimento feito por grupos de escritores e empresas que se consolidaram na venda de impressos está em articulação com o itinerário dos intelectuais que os produziram. Essa via de mão-dupla aponta para a história do mercado de livros e a história intelectual em estreita vinculação.

O crescimento da divulgação dos produtos culturais nacionais, e o grande enfoque na propaganda da literatura brasileira fora do país marcou as ações da diplomacia e os mecanismos de intercâmbio entre intelectuais do Brasil e de outros países desde a Segunda Guerra. No pós-guerra, o Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty, fortaleceu a internacionalização dos títulos de obras brasileiras, o que destacou o lugar do Brasil no desenvolvimento das Ciências Sociais e da História, nos Estados Unidos e na Europa. Recentemente, Ian Merkel (2023) indicou a influência dos intelectuais e da experiência social brasileira para as ciências sociais francesas em um estudo sobre as trocas culturais entre os dois países. Autores como M. Chor Maio (2010) e Lívio Sansone (2004), já haviam, contudo, direcionado seus estudos para entender as formulações de ideias construídas no intercâmbio entre escritores brasileiros e cientistas de academias europeias, mostrando a formação de redes internacionais de contatos e de circulação de ideias, que foram sustento tanto para a consolidação de campos de estudos, como de compromissos acadêmicos que extrapolavam os limites das universidades e instituições de ciência, sustentando políticas e estratégias ideológicas.

Portanto, a produção de livros envolveu uma série de questões para a História dos Intelectuais, uma vez que os autores interferiam nos projetos de edição e na circulação das obras, não só como escritores, mas também como idealizadores de empresas, como as livrarias e as editoras. Assim, a história editorial serviu de percurso para a formulação de projetos políticos que envolveram a defesa particular do mercado editorial em si e da vida profissional dos escritores, como também pensamentos que os dispunham em negociação no conjunto das reflexões políticas sobre o Brasil.



De acordo com os estudos de Dumont e Fléchet (2014, p. 2-3) sobre a diplomacia brasileira, o interesse no investimento em ações culturais no terreno da diplomacia externa se fortaleceu no interior do Itamaraty, entre o período que vai da década de 1920 a 1980, quando houve uma crescente mobilização dos recursos da política externa para a ampliação dos atos que envolveram a divulgação dos produtos da cultura brasileira para o mundo. Para o período da Segunda Guerra, podemos citar o trabalho de Antonio Pedro Tota (2002), que apontou para as parcerias construídas pelo escritório da *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCCIA), liderado pela figura de Nelson Rockefeller no Brasil e sob os acordos feitos com o ministério de Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas. As parcerias foram o ponto de partida para a difusão de ideologias sobre o Brasil nos Estados Unidos e para a difusão de expectativas de consumo e de expansão do modo de vida americano no Brasil, que marcaram a aliança com o país líder dos Aliados na Segunda Guerra e encaminharam ações de interrupção do crescimento do antiamericanismo. Até 1945, o conhecimento sobre o Brasil e as intenções em pautar a aproximação entre os dois países foi mais vigorosa, sendo retomada mais adiante na Guerra Fria. Para os Estados Unidos (EUA), na década de 1950, o Brasil e a América Latina não seriam os alvos mais importantes da sua política de investimentos no pós-guerra e, sendo assim, os recursos dos EUA destinados às políticas de incentivo ao “desenvolvimento”, no Brasil podem ser estimados em cerca de 2% do total do recurso investido pelo país à frente do imperialismo nesse período (CHASTEEN, 2001, p. 210-211). O fato é que, para esse contexto posterior à Segunda Guerra, o interesse maior dos Estados Unidos estava em aprofundar seus contatos com os países europeus. Mas, ainda assim, enquanto havia expectativas de empresários brasileiros e dos próprios governos de que uma política de benefícios diretos fosse feita por meio de direcionamento de recursos, era a via da propaganda cultural e do americanismo que mais se destacava nos encontros diplomáticos oficiais entre representantes dos interesses dos dois países.

A notável presença dos diplomatas que difundiam publicamente as intenções dos Estados Unidos em criar uma maior “aproximação” e conhecer a cultura brasileira, junto à divulgação dos produtos culturais americanos, no cinema, no teatro, nas artes, na mídia e nas livrarias é uma realidade da década de 1950. Por outro lado, o Itamaraty fundamentou uma série de rotinas para o funcionamento da Divisão de Cultura, que veio a ganhar cada vez mais espaço, apontando para a preocupação da parte da diplomacia brasileira em estruturar a dimensão cultural como um caminho estratégico para a ampliação do prestígio do Brasil em outros domínios (DUMONT; FLECHET, 2014).

Na conjuntura, após o término da Segunda Guerra, consideramos a emergência de um sistema bipolar de oposições, com o crescimento da divisão internacional entre Leste-Oeste,



ideologias de liberdade individual e outras propagandas da cultura imperialista estadunidense, em oposição às táticas expansivas da União Soviética (CHOMSKY, 2003, p. 36). Ao longo da década de 1950, assim como as respostas militares, a Guerra Fria apontou novos caminhos para a diplomacia internacional, o que fez com que as pautas de construção de disseminação do modo de vida americanista e do alargamento das relações comerciais dos Estados Unidos pela via de propaganda fosse escopo fundamental do conflito, que se expunha cada vez mais em atos de controle de experiências políticas contrárias ao viés considerado democrático pela ideologia dos Estados Unidos, e em oposição ao aumento do alcance das estruturas da publicidade soviética no mundo. Esse assunto conhecido pode ser visto na abordagem de autores como Noam Chomsky e nas diversas discussões sobre a pauta da própria diplomacia externa dos Estados Unidos durante o contexto posterior às declarações de ruptura com Moscou e sua política externa na década de 1950 (CHOMSKY, 2003, p. 39). Ao longo da primeira década da Guerra Fria no continente, as ações de propaganda e cultura foi o corpo essencial da estratégia dos Estados Unidos para a diplomática da Guerra Fria.

A ação da Guerra Cultural era feita pelo atravessamento de mecanismos de conquista de “corações e mentes” e a principal característica das ações da Agência Central de Informações dos Estados Unidos, nesse período, era a de fazer com que elas parecessem que não existiam (SAUNDERS, 2008, p. 13). Alguns projetos de caráter secreto, de acordo com Saunders, como a organização dos Congressos pela Liberdade da Cultura, na Europa, realizava publicações, conferências e encontros em prol da promoção do afastamento dos intelectuais europeus dos ideais marxistas e comunistas, sem que fossem explícitas a real participação dos agentes dos Estados Unidos no Processo (SAUNDERS, 2008, p. 13). O movimento da Agência, com a oferta de suportes financeiros com caráter de filantropia e com a aproximação com intelectuais que migraram da esquerda para um terreno de “defesa das liberdades” foi o que se consolidou, na abordagem da autora como “Guerra Fria Cultural”. As ações de financiamento e apoio dos Estados Unidos, feitas por agentes secretos em torno de revistas, círculos de intelectuais, com caráter “altruísta”, ainda revelariam, para Saunders, os estratagemas da Guerra Fria que se fazia no terreno das ideologias difundidas no Ocidente, logo após a Segunda Guerra. Longe da militância dos intelectuais do alto escalão da Agência (CIA), os efeitos da Guerra Fria Cultural também foram sentidos na América Latina. Além da divulgação do Congresso pela Liberdade da Cultura, é notória a existência de uma preocupação da parte do Departamento de Estado, ao longo dos governos Truman-Eisenhower em contrariar um possível crescimento da influência do comunismo e do antiamericanismo no continente. Assim, nesse texto, observo



que as embaixadas e consulados, onde funcionavam as agências locais das USIS (os escritórios especiais de informação, ou *United States Intelligence Service*) aplicaram uma série de auxílios indiretos para diálogo e financiamento de acordos no campo da cultura, selecionando os parceiros desse empreendimento. De acordo com Elizabeth Cancelli (2017, p. 32),

Em linhas gerais, a política de intervenção da CIA como financiadora da CCF (Cultural Congress for Freedom) sobre o trabalho intelectual partia do entendimento de que o suporte cultural era o mais apropriado, se levado em conta que o objetivo seria o de atingir intelectuais e aumentar seu entendimento sobre os Estados Unidos, uma vez que o marxismo e o comunismo estariam desempenhando um papel crescente de atração entre os intelectuais no pós-guerra.

A abordagem da História dos Intelectuais, no contexto da Guerra Fria, ainda carece de maiores discussões no que diz respeito ao período que antecede a Revolução Cubana (1959), a Aliança Para o Progresso (1961) e o golpe civil-militar no Brasil. Em recortes anteriores, é possível verificar que as relações entre Brasil e Estados Unidos e as ações de uma “diplomacia cultural” já haviam ganhado força expressiva ao longo da década de 1950. A trajetória de intelectuais como Manuel Pinto de Aguiar (1910-1991), sujeito desse estudo, foi atravessada por esses mecanismos da política externa estadunidense, sendo o mesmo um mediador estratégico no processo de difusão da cultura americana e na formulação de um diálogo propenso aos seus interesses empresariais.

De acordo com Antônio Gramsci (2004), é preciso compreender as instituições sociais e as organizações de cunho privado ou misto, do Estado “ampliado”, que abrigaram diferentes projetos acadêmicos e com os quais o intelectual se envolveu. Tais espaços organizativos, ao mesmo tempo que 1) indicam os interesses particulares dos intelectuais para a consolidação das suas carreiras no próprio campo, ou na esfera própria dos circuitos acadêmicos dos intelectuais, 2) são um aparato de instrumentalização da própria direção e disputa da direção de classe na sociedade civil; ou seja, para o primeiro aspecto, a busca pela distinção social e o acesso ao poder simbólico por meio de um universo intelectual, e o campo, considera-se que os escritores aqui analisados estão conectados a aspectos próprios do universo acadêmico, seus valores, sua linguagem e, acredita-se que seja possível dizer, pela produção cultural dos livros. Bourdieu movimentou estudos sociológicos sobre essas distinções simbólicas nos mais diversos aspectos da produção social e cultural, em especial na produção da arte e aqui destaco o seu uso em “A distinção [...]” (BOURDIEU, 2006). Para Bourdieu, esse campo se desloca dentro da sociedade por questões de autossuficiência, ou pelo menos de busca para reunir elementos que confirmam ao mesmo um capital próprio para negociação da posição de prestígio intelectual nos jogos



das relações sociais (BOURDIEU, 2007). Na interpretação bourdieusiana, a ação de intelectuais perpassa a compreensão da sua mediação no “campo”. Por outro lado, sobre o segundo aspecto, os modos como esses espaços de produção de cultura abrigam diferentes projetos, imbuídos de interesses classistas, não está na reflexão de Bourdieu. É Antônio Gramsci quem nos indica as vias para compreensão de que os instrumentos constitutivos dos aparelhos de produção de cultura também se consagram como vias de fato para a disputa da hegemonia, uma vez que estendem para o âmbito dos grupos de intelectuais organizados na sociedade civil a difusão ou a construção de projetos políticos.

Nesse sentido, as editoras, com a Livraria Progresso, aqui analisada, podem ser compreendidas como aparelhos que comportam a construção de uma visão de mundo e conflituam, dentro da própria sociedade civil, a composição das correlações de poder junto ao Estado. Na verdade, a sociedade civil, para Gramsci, compõe o mesmo Estado de modo integrado nessa articulação (SILVA; CALIL, 2021). Ainda, de acordo com as análises a respeito da “mediação cultural”, considero que há um escalonamento de funções desses intelectuais como sujeitos mediadores, como responsáveis por museus, bibliotecas, difusão da arte e da literatura, ou seja, intermediários que promovem a comunicação social da cultura, como os próprios editores. Essa reflexão é originada nas discussões sobre o emprego da categoria “mediação”, sustentada por Jean Davallon (2003), apesar de que seu pensamento questiona a ligação muito direta entre a mediação cultural e a produção das ciências da informação e tecnologias. No âmbito da interpretação histórica, a contribuição de Gomes e Hansen (2016) na organização de uma coletânea sobre o tema, apontou para o modo como os intelectuais interferem na mediação, inserindo-se como produtores, tradutores, editores, educadores. Por meio desse caminho, percebo o quanto o sujeito, Manuel Pinto de Aguiar, escritor e editor, promoveu ações culturais e atuou como agente público, servindo a instituições do Estado, como as próprias Universidades, como autor engajado nas ciências econômicas e preocupado em se aproximar de correntes interpretativas sobre o desenvolvimento nacional que mais se adequaram como instrumento político para seus interesses de classe e como ele também empresariou a editora para a disseminação desses projetos, além é claro de sustento de seus próprios fundos de capital.

Dentre os trabalhos que discutiram o tema da produção cultural na Guerra Fria, destaco aqui a produção de Laura de Oliveira (2015), que, ao apresentar a produção de livros, pela empresa editora GRD – sigla para Gumercindo Rocha Dórea – apontou o quanto as seleções de títulos feitas na empresa mencionada por ela eram movidas no contexto da intervenção do programa de concepção e formatação de livros para países em Desenvolvimento, o *Franklin Book Program*. O programa foi capitaneado em ações da



diplomacia estadunidense para a divulgação e a implantação de uma tradição de leitura de títulos e temas selecionados pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, após 1961 e teve grande influência na própria formação da editora que ela estudou e na propagação do ideário anticomunista da conjuntura.

O EMPRESÁRIO E O EDITOR: A PROPOSTA DA LIVRARIA PROGRESSO EDITORA

A história do movimento editorial, na Bahia do pós-Guerra, envolveu principalmente o nome de Manuel Pinto de Aguiar, um intelectual decisivo na articulação dos interesses empresariais baianos e um formulador de projetos de intervenção cultural, nos quais a impressão de livros ocupou lugar central. Nascido em Alagoinhas, estudou direito na Universidade da Bahia (1928), trabalhou em 1933, no Ministério do Trabalho, foi diretor da Caixa Econômica Federal, entre 1933 e 1937 (ROCHA, 1996, p. 21). Os vários cargos que ocupou ao longo de sua vida, incluem funções como as de fundador do Banco de Administração S. A., que cumpriu um papel no fortalecimento de redes de crédito e financiamento de instalações urbanas na Bahia, além do financiamento da construção de bairros populares em Salvador. Foi Deputado Estadual em 1935, sendo um dos elaboradores da Constituição Estadual (ROCHA, 2001, p. 22).

Na década de 1940, sua atuação como professor de Moeda e Crédito, na Faculdade de Ciências Econômicas, de História das Doutrinas Econômicas na Universidade Federal da Bahia e na construção de vínculos para promover publicações de livros no estado seria mais fortalecida do que sua carreira política. Mesmo assim, Aguiar continuou trabalhando no planejamento urbano de Salvador e na consultoria sobre sistemas de créditos. Em 1954, coordenou a Empresa Construtora e Imobiliária Ltda. e a Cia de Mercados, além de ser cotista na Empresa de Terraplanagem e Urbanização Ltda. Durante o governo Café Filho e, durante o governo Juscelino Kubitschek, foi nomeado para uma das diretorias regionais da Petrobrás. Na sua trajetória como empresário, se envolveu com o Banco da Lavoura de Minas Gerais, o Banco Mineiro da Produção, o Banco de Comércio e Indústria de Minas Gerais, o Banco da Bahia, o Banco do Brasil, o Banco London e South América LTDA., o Banco de Comércio e Ind. de Minas Gerais, o Banco de Com. e Ind. de São Paulo S.A. Considera-se que Aguiar foi um nome de peso para a direção de projetos de classe, no estado da Bahia e fora dele, como também um intelectual mediador, dentro do mercado do livro.

Como autor, Aguiar publicou 23 livros sobre planejamento, industrialização, educação, história econômica da Bahia, desenvolvimento na América Latina, entre outros, além de traduções, diversos prefácios e coletâneas. Desses, a própria Livraria Progresso Editora,



sob sua direção, foi seu vínculo divulgador, especialmente nos anos de 1958 e 1959. De acordo com Hallewell (1985), a editora totalizava, em 1959, 288 títulos, distribuídos por várias coleções. A Lista das Coleções feita por Hallewell é: “Autores Clássicos”, “A Bahia”, “Biblioteca Jurídica”, “Biblioteca Médica”, “Coleção Romântica”, “Conhecimento”, “Cultura”, “Ensaio”, “Espíões Policiais e Aventureiros”, “Estudos Brasileiros”, “Estudos de Sociologia e Política”, “Estudos Folclóricos”, “Filologia”, “Fórum”, “Geografia e História”, “Grandes Romances do Povo”, “Literatura Infantil” e “Filologia” (HALLEWELL, 1982, p.630).

Ao pensar na perspectiva defendida por Gomes e Hansen (2016), como um mediador de cultura, esse sujeito procurou influenciar o próprio espaço de construção de interpretações, abertamente ciente de sua função. Em 1959, como professor da Faculdade de Ciências Econômicas, Aguiar recebeu demandas para outros trabalhos acadêmicos. Houve uma série de iniciativas que pareciam estar em andamento, junto à Prefeitura Municipal de Salvador, para projetos futuros e solicitação de estudos a serem organizados em prol da utilidade prática deles. Como ele foi projetor do Mercado Municipal de Salvador e dirigiu a Companhia de Abastecimento, tem vários registros das “irregularidades” encontradas na revenda de alimentos nesses espaços, bem como reivindicações de trabalhadores, como os magarefes, respondendo à Prefeitura que o consultava em momentos de crise (DOC 1). Aguiar e o grupo do Instituto passaram a ser cada vez mais acessados como consultores nesses momentos. Seus vínculos eram diversos e a correlação da Progresso com outras ações no campo intelectual da Bahia também ocorreu por via do acesso ao Jornal “A Tarde”. Por vezes, ele foi convocado, em outras se ofereceu para escrever notas informativas que eram de seu interesse (DOC 2). Havia também na editora uma inclinação em lançar obras diversas da literatura brasileira, buscando o contato com autores como Manuel Bandeira, por exemplo, que o escreveu no outono de 1960, referindo-se a alguns detalhes a respeito do livro de poemas, para o qual pedia o acréscimo do poema “Estrela” (DOC 3). A publicação de traduções passava por parcerias organizadas com instituições e particulares, constituídas dentro das redes de aproximação de Aguiar, quando alguns colegas se colocavam à disposição para fazer o trabalho, ou consultavam outras pessoas por via destas redes (DOC 4).

Enfim, são os inúmeros os exemplos, já que o editor era o correspondente direto e quem finalizava todo o processo de ajustes dos materiais a serem publicados. Tais correspondências eram feitas diretamente entre Aguiar e os autores, pois ele ajustava as edições à próprio punho, como se pode perceber nos diversos manuscritos e anotações sob textos datilografados e que podem ser encontrados no seu acervo. Um dos autores que mostraram essas preocupações foi Luís Vasconcelos, que havia escrito um capítulo para



uma das obras, chamado “Migrações internas” e Aguiar discutiu em carta os ajustes que deveriam ser providenciados (DOC 5). Edson Carneiro, por exemplo, pediu a Aguiar que interferisse no processo de publicação de “A Cidade de Salvador”, junto à Universidade Federal da Bahia (UFBA), para que fosse agilizado. Essa relação também aponta para o seu prestígio no Conselho Editorial da UFBA.

O empresário, por vezes, misturava os trabalhos da editora com o trabalho de contabilidade de seus negócios. Em 1960, os dados da participação da Cia de Mercados indicavam a movimentação de 3.000.000,000 cruzeiros naquele ano. No Balanço geral da empresa, em 1961, as contas fecharam em 8.512.242,90 cruzeiros, somando-se direitos autorais a pagar, contas correntes, obrigações fiscais a pagar, títulos a pagar, institutos de previdência social, débitos com o Banco Com. e Ind. de Minas Gerais S/A., fornecedores, além de 5.192.899,00 de capital, fundo de garantia, seguro para depreciação de livros, fundo de reserva, fundo de reforma de instalações, fundo para aumento de capital (DOC 6).

A publicação de livros, no Brasil, foi fundamental para a ocupação profissional dos intelectuais, no contexto entre 1920 e 1945. Tanto no setor público, como no setor privado, o mercado do livro foi um dos principais espaços para a estabilização de “postulantes à carreira intelectual” (MICELI, 2001). A realidade da atividade editorial, após os anos 1920, foi de mudança. O controle das atividades, que antes partiam das principais famílias letradas, especialmente em São Paulo, se intercalaram com novas equipes em editoras privadas em outros centros (MICELI, 2001). Em São Paulo, livrarias e grupos produtores de jornais e revistas foram os principais ambientes de fomento de uma transformação para as vendas de livros e “desses âmbitos emanaram fórmulas de produção cultural que, progressivamente, rasgaram estruturas de poder monopolizadas pelo mecenato oligárquico e seus salões privativos” (SORÁ, 2010, p. 39).

No final dos anos 1930, a produção das livrarias rompeu cada vez mais com os limites locais e regionais, sendo consagradas associações e montadas muitas reuniões em novos espaços de sociabilidades fora do eixo Rio-São Paulo. O movimento modernista brasileiro alargou o raio de atuação da intelectualidade brasileira nesse sentido, sendo acompanhada pela movimentação de franceses e de investidas estadunidenses na editoração de textos da literatura e das ciências sociais no Brasil (SORÁ, 2010; MERKEL, 2023). Os catálogos de livrarias como a José Olympio, apresentavam ao público brasileiro os títulos de Osvald de Andrade, Mario de Andrade, Guilherme de Almeida, Carlos Lacerda, Afonso Arinos, Câmara Cascudo, José de Alencar, Nelson Werneck Sodré e ocupavam o espaço nas livrarias juntamente com os títulos da literatura “estrangeira”, traduzida para este mercado (SORÁ, 2010, p. 377). Na livraria Martins, os livros ficcionais estouravam nas prateleiras com os



títulos de Jorge Amado e Mário de Andrade. Segundo Gustavo Sorá (2010, p. 395), podemos destacar o crescimento da atuação corporativa das editoras, com a fundação da Associação Profissional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais, em 1941, a concepção da Câmara Brasileira do Livro, e o primeiro Congresso de Editores e Livreiros da América Latina, Espanha e Portugal, no Chile.

Em Salvador, na Bahia, o cenário de publicação já funcionava em torno da Revista Arco e Flexa, desde 1928, e os autores se promoviam em colunas de jornais, como em *A Tarde*, ou o *Jornal da Bahia*, além de enviar materiais para as “sucursais” do Rio de Janeiro e São Paulo. Aguiar, naquele momento, participou ainda da Revista *Mapa*, do mensário *América* e da Revista da Bahia (ROCHA, 2001, p. 24). Depois da fundação da Faculdade de Filosofia (1942), os escritores locais buscaram consolidar uma nova estrutura para a difusão de títulos baianos, e, ao mesmo tempo, de aproximação cultural com outros grupos de pesquisa. Era preciso estabelecer, segundo eles, uma inserção no mercado editorial, fazendo o levantamento de materiais de conhecimento “mais geral” para serem inclusos nos catálogos ao lado de suas produções. Segundo Rocha (1996, p. 94), “eram edições desse caráter que faziam a Progresso Editora manter um equilíbrio orçamentário entre receita e despesas, possibilitando, assim, a sua sobrevivência como instituição eminentemente cultural e editando mais obras”.

A Imprensa Oficial da Bahia fez uma parceria com a Civilização Brasileira, para a distribuição de impressos. Destaque-se a montagem da Coleção Tule, dirigida por Nelson de Araújo, logo em seguida, e a Progresso, em conjunto com o Centro de Estudos Baianos na difusão de títulos. Segundo Jorge Amado (1959, p. 37), a Progresso, juntamente com a Editora Itatitaia, de Belo Horizonte, “são (eram) provas já no campo da indústria do livro dessa descentralização tão importante para o desenvolvimento da nossa cultura”.

A Progresso foi fundada pelo próprio Aguiar, em 1945, a partir da sua direção editorial como proprietário, diretor e autor, sendo a sua última publicação a produção de um texto de memória da editora, o qual utilizamos para esse artigo. Considero que uma história e listagem mais detalhada do material da editora pode ser encontrada no livro, de Fernando Rocha (2001) e aqui nos limitaremos a analisar suas correspondências e outros materiais internos de administração da empresa. Na dinâmica da empresa, as gráficas contratadas eram a Tipografia Naval, a Imprensa Oficial, a S. A. Artes Gráficas a Tipografia Beditina e a Imprensa Vitória, o que revela a articulação privada e as parcerias instituídas com outros órgãos do estado da Bahia. As revisões eram todas feitas pelo próprio Aguiar, em várias etapas da produção dos livros. Depois de 1961 e da parceria consolidada na gestão do Reitor Edgar Santos junto à Universidade Federal da Bahia, Aguiar se manteve presente no



cenário editorial, atuando com a editora Itapuã, liderada por Demerval da Costa Chaves, na Bahia (ROCHA, 2001).

O “PÓLEN” DO DESENVOLVIMENTO E O INTERCÂMBIO CULTURAL NO COTIDIANO DA EDITORA

A promoção de articulações com outros intelectuais fora do país era um dos planos de Aguiar como editor. Em 1957, deu andamento a uma série de contatos com Fernando Pedrão, que estava no Chile, em Santiago, para estudos junto a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). O Chile era a sede para os estudos da comissão, desde 1949, e de lá saíam as principais ideias sobre o tema do desenvolvimento nacional, sendo as atividades da CEPAL uma circunstância fundamental para o intercâmbio de um pensamento sobre a América Latina entre viajantes e exilados políticos (WASSERMAN, 2012). Pedrão buscou o apoio de Aguiar para um direcionamento dos temas a serem estudados, além de consultá-lo a respeito dos objetivos da viagem, solicitando suporte financeiro e também intelectual (DOC 7). Essas correspondências também traziam toda a impressão do acadêmico sobre a sociedade chilena, encontros que realizava e as respostas que esperava trazer para o Brasil, ao comparar o desenvolvimento e a industrialização chilena com a nacional.

Fernando Pedrão, logo depois, se tornou professor da UFBA e completou seu doutorado em 1960. Interessado nos temas sobre o desenvolvimento na América Latina, estudou a formação do Estado, os mercados e realidades que poderiam ser comparadas com a do Brasil, ou não, uma vez que, para ele, a forma de institucionalização do poder no país teria algumas características bastante peculiares (PEDRÃO, 1988). Pedrão promoveu análises sobre os mais diversos temas voltados para o desenvolvimento regional. Pela Progresso, publicou “Breve Curso de Desenvolvimento Econômico” (1959). Como Aguiar, se tornou catalizador dos empreendimentos de intelectuais ligados a Faculdade de Ciências Econômicas, na UFBA, os contatos se destinavam à reunião de materiais que trouxessem argumentos sobre o Brasil e as iniciativas para o “desenvolvimento nacional” (DOC 8).

Deraldo Dias, funcionário da editora, foi enviado ao Chile em missão e enviou constantes informações para Aguiar quanto estava em Santiago. O editor lhe sugeriu que convites fossem feitos para que parceiros e pesquisadores de outras instituições viessem ao país. Foi assim que Deraldo, por exemplo, se tornou um vínculo para um convite feito ao professor Osvald Sunkel (1929-...), da Universidade do Chile, para ministrar aulas em Recife, num curso dirigido pelo mesmo, com o apoio de Pedrão, mantendo as relações no Chile e articulando-as com a faculdade em Recife (DOC 9). Sobre Sunkel, de acordo com



Fuentes (2020, p. 286), naquele ano, estava estudando no Chile, em contato direto com a fundação dos estudos da CEPAL e de Celso Furtado e

Desde 1952 está ligado à CEPAL e à Universidade do Chile, entre 1975 e 1986 ao Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex, e desde 1987 à Development Research Corporation (CINDE), da qual é presidente desde 1991. Para a ECLAC trabalhou em muitos países da América Latina, especialmente no México, Brasil, Chile, Panamá e América Central. Foi fundador e Diretor do Escritório da Cepal no Brasil entre 1959 e 1961, e ingressou, desde sua criação, em 1962, no Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES).

Aguiar estava preocupado com as dissidências interpretativas (à esquerda) realizadas na CEPAL e os argumentos sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento do Nordeste como tema de trabalho, além da própria fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Sunkel, no final dos anos 1950, acompanhou Celso Furtado em vários cursos no Nordeste e, assim, Pedrão e Aguiar estavam muito próximos da iniciativa.

Além das correspondências com estudantes no México e no Chile, ele se aproximava das táticas de expansão cultural movidas pela diplomacia dos Estados Unidos no pós-Guerra. Paulo Brandão estava em estudos na Universidade de Nova York e tratou sobre os cursos que fez e os professores que conheceu. Entre eles, contou a Aguiar que estudou com Preston James, que fazia trabalhos sobre a Geografia e sobre a História de São Paulo. Fazendo essas ligações pessoais e acadêmicas, ele se dispôs a estudar problemas que se apresentassem úteis para a Prefeitura de Salvador e sugeria que Aguiar lhe indicasse os temas (DOC 10). Brandão continuou a lhe informar sobre os EUA, desta vez mandando notícias da Universidade de Yale, seus estudos, interesses e listando temas.

Porém, direcionamentos mais precisos ao nome de Aguiar mostram o prestígio do editor como um braço fundamental nas conexões locais para as políticas culturais estadunidenses. No início do ano de 1959, Aguiar recebeu um contato da USIS, ainda no mês de janeiro, mencionando a viagem que ele faria para os Estados Unidos em abril daquele ano (DOC 11). A conversa prosseguiu em agosto, quando a USIS encomendou a publicação de um título à Progresso: tratava-se de uma biografia de A. Lincoln para crianças. O livro compunha a coleção “As Grandes Vidas” e foi escrito por Carls Sandburg, Philip Van Doren Stern, Bell Irvin, David Mearn, Harvey Wish. O serviço diplomático estadunidense encarregado, agradeceu a Aguiar, por meio do intermédio do Consulado, pela publicação feita em parceria com a UFBA e a editora Caramurú. O secretário pediu que Aguiar disponibilizasse um espaço no mesmo livro para que Lawrence Morris escrevesse o prefácio (DOC 12). Em março, Dickens Jr., funcionário da embaixada, enviou-lhe o livro Lincoln para crianças, juntamente com o prefácio feito por Morris, para que Aguiar e a



Progresso organizasse (DOC 13). O livro foi editado ainda com a composição de fotografias (nove fotos enviadas diretamente ao editor por Fred Dickens Jr.), com uma edição de 500 exemplares, mas o prefácio foi escrito apenas pelo próprio MPA. Naquele inverno, Dickens lhe enviou ainda cópias das conferências conferidas por Lawrence Morris, com os títulos “Forças Dominantes da Civilização dos Estados Unidos” e também de Wath Waltman, “O poeta da identidade” (DOC 14). O livro “Forças Dominantes da Civilização dos Estados Unidos” foi publicado pela UFBA em 1959.

A USIS manteve escritórios em toda a América Latina, onde funcionavam os principais serviços de política de informação instituídos no governo estadunidense desde a entrada dos Estados Unidos na Guerra (SANTOMAURO, 2015). A partir de 1953, os USIS como escritórios locais, se tornaram parte integrante das ações da *United States Information Agency* (USIA), até 1999, quando voltaram a ficar sob a responsabilidade direta do Departamento de Estado. Segundo Santomauro, essa ação era coordenada a partir de um corpo de funcionários nas embaixadas, que estabeleciam rotinas de propagação de notícias pró-americanistas e projetos de divulgação cultural nas mais diversas localidades, especialmente nas capitais.

Lawrence Morris, chefe da Divisão de Bibliotecas e Institutos do Departamento de Estado, chegou ao Brasil em 1950, quando foi homenageado pelo Instituto Brasil-Estados Unidos (DOC 15). Em 1955, ao entregar um diploma de distinção em uma cerimônia para profissionais da saúde que estavam sendo beneficiados por programas da Fundação Kellog, Morris afirmou que essa investiu, em parceria com o governo dos Estados Unidos, 6 milhões de dólares em ações diversas no campo cultural e de formação de profissionais de saúde e entre eles, além de ter “remetido milhares de livros para bibliotecas” (DOC 16). Quando foi responsável por representar os Estados Unidos no velório de Carmen Miranda, Morris defendeu ao jornal *Correio da Manhã* que seus interesses de trabalho eram voltados para o conhecimento sobre o Brasil em seus mais diversos aspectos, história, artes, literatura e instituições, em prol da aproximação de brasileiros e americanos (DOC 17). Na entrevista, ele alega que, como os programas de bolsas não podiam atender a todos os brasileiros interessados em estudar e conhecer os Estados Unidos, os livros seriam o melhor caminho para isso.

Nesse caso, trazemos nós, aos brasileiros a vida dos Estados Unidos, sob a forma de livros. Oferecemos gratuitamente, aos brasileiros que cativam com o seu interesse uma variedade realmente muito grande de livros. São os mesmos que leem os norte-americanos. O leitor interessado preenche uma ficha aqui na nossa biblioteca – uma parte está aqui mesmo na embaixada, o principal está em Copacabana, na Avenida Atlântica, esquina de Santa Clara – e essa forma de divulgação das coisas norte-americanas que consideramos muito interessante (DOC 17).



Além da questão da formação de bibliotecas de amostragem para leitores nas embaixadas, o apoio para a consolidação de bibliotecas parceiras fez parte das ações do adido cultural Lawrence Morris em vários países. A maior parte dos recursos, aos que ele se refere, vinham dos programas de fundações não-governamentais, como o Instituto Brasil-Estados Unidos, que atuavam no estudo de línguas ou entidades da sociedade civil, como a *American Council of Learned Societies*, uma entidade privada, fundada desde 1919, que tinha um plano de trabalho para consolidação de bibliotecas em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Santos e Fortaleza. A atuação de Morris era bastante diversificada, dado o seu papel de acompanhar as mais variadas atividades artísticas e culturais, especialmente em organizações da sociedade civil, sendo seu nome figura carimbada em vernissages, almoços, coquetéis, premiações, inaugurações de espaços institucionais, discursos que eram proferidos no Instituto Brasil-Estados Unidos, garantindo as devidas aproximações e sociabilidades típicas do campo. Morris também foi responsável por contatos entre agências estadunidenses e os festivais que ocorreram no Museu de Arte Moderna, no Rio, com apresentações de vídeos dos mais diversos, de Mickey Mouse a Charles Chaplin (DOC 18).

Morris mencionou os contatos estabelecidos entre a Universidade de Cornell e o Brasil, desde o Segundo Império, atribuindo o advento dos contatos a D. Pedro II. O destaque aqui se faz para o modo como o funcionário do Departamento se apresenta como um intelectual que não chega para interferir nas produções culturais brasileiras, mas para atender a um chamado. No entanto, foi partindo da mesma argumentação que Morris destacou que, “[...] hoje para cada D. Pedro em Philadelphia, inúmeros embaixadores, estudantes, técnicos, professores, artistas, expoentes das mais diversas profissões não menos eficientes por lhe faltarem o cunho oficial, atravessam anualmente as fronteiras”, para fortalecer o intercâmbio de saberes (DOC 19). Como ele mesmo afirmou “o pólen de uma compreensão pode ocasionalmente atravessar uma fronteira nas páginas de um livro” (DOC 19), mencionando os sucessos das traduções das obras de Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Erico Veríssimo e Machado de Assis. Se os livros chegavam aos Estados Unidos, as políticas de intercâmbio proporcionaram que os “os livros também corresse do Norte para o Sul”.

Morris, alegando as diversas traduções que já haviam sido promovidas, para a divulgação de obras brasileiras nos Estados Unidos, defendeu uma articulação em prol das trocas de produções, especialmente de autores que seriam muito lidos nos Estados Unidos, como John Dewey. Para ele, esses autores aproximariam os leitores brasileiros das referências culturais que se difundiram entre os próprios cidadãos dos Estados Unidos e não



apenas como uma propaganda direta do modo de vida “americano”. Todas as ações foram atribuídas às mudanças que se intensificaram a partir de 1953, com a visita de Milton Eisenhower ao país, em missão promovida para reforçar o intercâmbio cultural. Os festivais e ações foram idealizados em associações e órgãos não-governamentais e, à medida que o governo Juscelino Kubitschek avançou nas aproximações com as ações dos Estados Unidos, a Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty fortaleceu cada vez mais a presença do governo brasileiro nesses espaços, como foi o caso da realização do Festival do Cinema Americano, em 1958, e do *Book Translation Program*. De acordo com Eliza Mitiyo (2020), esse circuito de traduções foi uma das vias que direcionaram a circulação das obras brasileiras e sustentaram o trabalho de muitos autores.

Em Salvador, outras ações chamam a atenção. Em 1959, foi fundado o Instituto de Estudos Norte-Americanos. Segundo Dickens Jr., o IENA foi uma “entidade cultural fundada [...], em Salvador, primeira no gênero na América Latina e que Mr. Morris teve a honra de inaugurar” (DOC 20). Aguiar, juntamente com o Instituto, integrou um equipamento de difusão das propostas que vieram da embaixada para a publicação e divulgação de livros. Dickens Jr., na ocasião, passou para Aguiar algumas notas sobre a composição do Conselho deliberativo, para que o empresário procurasse manter contatos e tratar de colaborações com o programa de intercâmbio cultural internacional, gerador do próprio IENA. Esse conselho era composto pelos nomes de Dr. Heitor Marback, Roberto Figueira Santos, Martin Gonçalves, Frederick Humphrey, o próprio Fred Dickens Jr. e Isabel Herwing como diretora. A ajuda “substancial” oferecida pelo órgão tratava de uma biblioteca de mil volumes, aparelhagem cinematográfica, discotecas e outros. A conexão estabelecida aponta para a inserção de Aguiar em mecanismos de vanguarda da diplomacia estadunidense na expansão das ações no terreno cultural, durante a Guerra Fria.

Nessa conjuntura, a operação de aproximação entre os governos brasileiro e o governo dos Estados Unidos, pela mediação do presidente Juscelino Kubitschek foi direcionada por meio das visitas de John Foster Dulles para reforçar as estratégias da presidência Eisenhower e da política externa estadunidense para a América Latina. O presidente, demonstrando que o Brasil, ao mesmo tempo que se fazia representar como descontente com as últimas articulações ocorridas na Operação da Missão Mista (conhecida como Missão Abbink), tentou viabilizar o máximo de investimentos em prol do desenvolvimento regional, que ocorria, de acordo com a concepção nacional-desenvolvimentista do governo, com a ampliação da industrialização (IORIS, 2022, p. 78-79). Para Ioris (2022), a estratégia de defesa de políticas multilaterais, por parte do governo brasileiro, indicou que seria necessária uma procura maior por autonomia dentro das



relações. Por outro lado, se consideramos a concepção do Secretário Henri Kissinger e suas declarações nesse contexto, havia uma defesa clara entre os teóricos da política externa estadunidense de que seria o momento de oferecer respostas menos belicosas para o combate ao comunismo, havendo uma intenção em fomentar aproximações culturais mais contínuas do que atuações reversivas de defesa (GANDIN, 2017).

Naquele momento, os contratos estabelecidos pela USIS na América Latina foram um dos mecanismos financeiros e estratégicos mais importantes para a formação de bibliotecas, centro de estudos, divulgação de periódicos e um conjunto de ações da diplomacia por dentro de instituições mistas e setores privados, como uma editora. De acordo com Mozer (2020, p. 23),

[...] editoras brasileiras, diante da dificuldade para a produção nacional do livro, encontraram saída no subsídio oferecido pela USIA e outras agências estadunidenses, como a USAID, para manter em funcionamento o seu mercado de circulação de ideias. Foram ao menos sessenta e quatro editoras brasileiras a estabelecer convênio com a USIA ao longo das décadas de 1950 e 1960.

Aguiar sustentou, na editora, interesses empresariais particulares e típicos do próprio mercado editorial em disputa e aproveitou da ação, vinda da parte das agências do Departamento de Estado, para angariar fundos e se conectar com os objetivos para a elaboração de programas culturais para o continente. As agências dos Estados Unidos, nos escritórios locais e na embaixada, se demonstravam atentas para os circuitos de produção cultural como a Progresso. A editora, como outras, ofereceu a possibilidade da fundamentação dessas trocas, com produtos culturais dos dois países, e o apoio da embaixada à editora não tornava explícita uma propaganda direta, mas divulgava o papel dos Estados Unidos como um lado de uma parceria. Como disse Saunders (2008), a estratégia era justamente não transparecer que havia uma estratégia. Assim, ler, conhecer, estar em contato com os elementos da própria cultura estadunidense seria a essência das diretrizes da política da diplomacia cultural para a América Latina, que tentou agir por meio de ações de convencimento e de estratégias de conquista “de corações e mentes”, na ambientação dos brasileiros com os modos de vida e o americanismo (MOZER, 2020). Quanto às intenções de Aguiar, ao estabelecer as relações com a referência financeira e ideológica da embaixada, podemos dizer que, como editor, ele também reuniu um capital simbólico para a superação das dificuldades que encontrava para disputar com outras editoras a publicação de textos sobre o desenvolvimento e de autores do estado da Bahia. Ainda trabalharemos com o seguinte argumento: o vínculo com a embaixada era um suporte a mais para essa disputa do mercado editorial e das ideias, mas, ao mesmo tempo, as



discussões selecionadas por Aguiar poderiam representar para a embaixada a divulgação de ideias de centro sobre o desenvolvimento da economia brasileira.

OS COLABORADORES DE MANUEL PINTO DE AGUIAR E O ISEB

Aguiar, como dissemos, se preocupou com a promoção de uma nova interpretação sobre o desenvolvimento nacional. Em 1958, Inácio Rangel (1914-1994) estava em vias de publicar um livro pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e discutiu com ele a tentativa de encontrar outro caminho que oferecesse um contraponto nacional, na Bahia, à perspectiva do instituto (DOC 21). Rangel foi um economista que se destacou entre o grupo dos autores nacionalistas do ISEB durante os anos 1950, apesar de não figurar entre seus nomes principais. Surgido efetivamente em 1955, o ISEB reuniu nomes como os de Roland Corbisier, Alvaro Vieira Pinto, Candido Almeida, Hélio Jaguaribe. Considerado como um autor de reflexões influenciadas pelo marxismo, Rangel foi estimado por Maria da Conceição Tavares como um pensador inovador em seu campo (REGO; PEREIRA, 1998, p.14). Rangel foi leitor de Marx e engajou-se no Partido Comunista Brasileiro, atuando em 1935 junto aos movimentos mais radicais daquele contexto, quando chegou a ser preso (*idem*, p.15). Ao mesmo tempo, trabalhou junto ao Governo Vargas, atuando no IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política. Nacionalismo e industrialização eram o ponto de partida de seus textos, dos quais, o livro “Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro”, foi publicado pela Progresso, em 1957 e, em segunda edição, em 1960. O livro mencionado por Aguiar foi o texto escrito após o curso, sobre planejamento: “Elementos de Economia do Planejamento” e publicado em 1959 pela própria Universidade Federal da Bahia.

O pensamento de Rangel se demonstrava mais eclético, flertando com as possibilidades de análise mais diversas para compreender o planejamento, a indústria nacional e as ações vinculadas a estes para o esgotamento do modelo de industrialização interna (REGO; PEREIRA, 1998, p.19). Ao analisar a história do Brasil a partir de uma visão dualista, Rangel foi considerado como autor que fundamentou a reflexão sobre o desenvolvimento brasileiro na crítica das carências estruturais da economia nacional, ao mesmo tempo que seguiu defendendo ações como a privatização. Portanto, esse contato entre ele e Aguiar foi feito no auge de sua fase “isebiana”, de 1957-1962 (PAIM, 1998, p.64).

Ignácio Rangel pretendeu se aproximar ainda mais de Aguiar e ele lhe respondeu informando sobre a inclusão do texto sobre “projeto” na listagem de material que futuramente seria encaminhado pela editora. Aguiar o alertou que: “caso você não tenha feito compromisso com o ISEB, peça-lhe responder sobre o *quantum* a ser fixado. Na



hipótese de virmos a fazer a edição, gostaríamos que os originais nos chegassem logo, pois o mandato do reitor termina em maio...” (DOC 22). Mesmo que o título não saísse diretamente pela Progresso, a parceria com a UFBA seria aproveitada para a difusão do texto, ampliando o raio de influência do editor e dos autores que ele escolhia para suas edições.

Rangel escreveu um artigo para o jornal “A Tarde” com o título: “Pinto de Aguiar e a função dinâmica das bibliotecas” (1958). Rangel pediu a opinião de Aguiar antes que o material fosse enviado para A Tarde, se comprometendo em ressaltar o papel do editor no cenário dos livros no Brasil e apontou para uma concorrência entre as formas de divulgação dos livros e das teses que eles carregavam, em uma ou em outra editora. Havia uma escolha a ser feita sobre em qual editora divulgar suas teses e, naquele momento, optou por trabalhar com a Progresso.

Rômulo de Almeida (1914-1988), Alberto Guerreiro Ramos (1902-1985) e outras figuras, como o próprio Inácio Rangel já articulavam a divulgação dos seus trabalhos no ISEB, mas esse cenário se modificou com a fundação do Instituto de Economia e Finanças da Bahia, formado por um conjunto de pesquisadores ligados a Faculdade de Economia da UFBA e atuante no sentido de levantar novas possibilidades de construção de sistemas de créditos para o desenvolvimento do estado. Em carta, Aguiar reforçou: “Manifestei aqui ao Rômulo o meu desejo de vê-lo mais ligado ao nosso Instituto de Economia, sobretudo agora com a saída de Friedman, mesmo que fosse para tê-lo aqui por uma quinzena apenas, de três em três meses” (DOC 22). A referência é feita a John Friedman, um dos professores responsáveis pela construção dos pensamentos e teorias sobre o Planejamento Urbano no estado da Bahia.

Rômulo Almeida, formado em Direito na Bahia, atuou junto ao integralismo no Rio de Janeiro e escreveu algumas obras sobre estatísticas e planejamento, fazendo pesquisas que ofereceram suporte ao governo G. Vargas. Trabalhou diretamente no escritório de San Tiago Dantas e proporcionou séries de levantamentos de dados para o Ministério. Depois, participou dos debates do núcleo formador da UDN – União Democrática Nacional, em 1945, optando por vertentes críticas ao getulismo. Atuou também no governo Dutra, rompendo com a UDN e se voltando para os círculos do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, na década de 1950. Participou da CPE – Comissão de Planejamento Econômico, fundada em 1955, junto com o Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia.

No ano em questão, a disputa da demarcação de publicações sobre temas das ciências econômicas e do Planejamento Urbano se tornou foco da editora. Enzo Távora dos Santos enviou, por conta própria, seu texto “A Economia do Município”, segundo ele, porque



a editora seria uma das poucas que produziam textos com volumes menores, mesmo assim, garantindo uma boa circulação no país. Para Távora, a edição, se fosse feita pelo ISEB, teria menos alcance, pois ele considerava que a distribuição iseblana era limitada. Sendo um estudioso dos temas sugeridos pela CEPAL e chefe do Departamento de Economia do ISEB, tinha em vista a pronta publicação de seu texto (DOC 23) e as edições da Progresso conseguiam alcançar um público maior que o do próprio ISEB. A Progresso representava um caminho para a disputa da circulação dos títulos e das concepções do próprio ISEB.

Os autores destacavam que, se o próprio Aguiar era um dos editores mais importantes do Nordeste junto a associações corporativas como a UBE – União Brasileira de Escritores, seu nome seria um vínculo para um maior alcance de público. A UBE, na época, mediava a relação entre editores e livrarias e, como uma entidade, apresentou a intenção de construir um trabalho em conjunto com outros órgãos, como o Instituto de Finanças, já mencionado e a Progresso. Para a UBE, era preciso construir uma rede de atos, com um organograma movimentado em conjunto na sociedade civil, por esses sujeitos, em prol de “descerramento” da cultura (DOC 24). Aumentar o alcance dos livros, para leitores do “interior”, era um aspecto considerado pela associação, que se dispunha também a atuar como uma espécie de tuteladora dessa projeção cultural e denunciava uma ‘falta da cultura letrada’ entre a população rural e de cidades menores. Ao mesmo tempo, reproduzia uma série de metas claramente visíveis nas promessas estadunidenses de promover o alcance dos corações e das mentes para uma nova “civildade”. A modernidade da imprensa, a qualidade das edições também seria um aspecto diferenciador considerado pelos membros da UBE, ao afirmar a condição “amadora” dos mecanismos de publicação no interior do estado.

Só nesses pontos a UBE estará exercendo um dos seus pontos chave de suas atividades, qual seja a de difundir o livro nas grandes camadas da nossa população e a ajuda aos nossos escritores que militam no interior a realizar sua obra de levar a cultura a inúmeras criaturas, que da mesma forma se afeiçoam ao cinema, ao futebol ou a televisão, também se afeiçoarão ao livro e às reuniões literárias (DOC 25).

Depois de promover um Congresso, em 1958, a entidade almejou criar um ambiente cada vez mais propício para a recepção de uma nova forma de publicar, uma modernização do ramo em conjunto com a alteração de redes de contato acadêmicas e culturais. A UBE sugeriu que seus associados promovessem rodas de leitura, cursos de literatura, premiações e contato com Prefeitos. A formação de uma União de Escritores na Bahia e sua participação e relação com a União Brasileira de Escritores foi movida por Aguiar e por Milton Santos (DOC 26).



Houve uma intensa atividade da editora antes de sua interrupção, com a ampliação dos contatos e das tentativas feitas por Aguiar em atingir de forma mais incisiva o debate nacional. Aguiar planejava atingir investimentos com publicações por meio da parceria com o Diretor do Museu do Estado e com o Instituto de Economia e Finanças da Bahia. Quando a empresa encerrou a fase mais intensa de seus trabalhos e continuou a estabelecer algumas parcerias de publicação, dessa vez dirigidas pelo Conselho da UFBA. As contas foram administradas por Armando, depois que Aguiar passou a assumir a direção da Eletrobrás (DOC 27). Aguiar sugeriu a Armando que buscasse garantir um funcionamento mínimo das publicações, com a concentração de pessoal em uma filial, visando a diminuição dos custos. Mesmo assim, suas diligências persistiram junto aos órgãos do estado, na Prefeitura Municipal de Salvador, de onde requereu recursos, além de ter pegado empréstimos no Banco Econômico. O empresário declarou que: “nossas edições provavelmente sofrerão um ligeiro hiato, pois não conseguem institucionalá-las e funcionam elas um pouco sem base pessoal, sendo eu o dirigente efetivo e quase que executor de todos os trabalhos da nossa editora” (DOC 28).

Mesmo depois desse momento, ainda houve continuidade com os acordos que foram feitos com a embaixada dos Estados Unidos e outros que foram feitos após a 1961 para a divulgação de títulos no Brasil. Aguiar recebeu relatórios de governo, para leitura própria e outras qualidades de títulos para manter em suas prateleiras, o que era oferecido constantemente pelo Consulado. Em 1963, o escritório de Aguiar na editoração deu suporte aos trabalhos na Consultoria de Investimento e Planejamento Industrial, Desenvolvimento Regional e Análise de Mercado, Consultec, e, desta vez, traduziu títulos de trabalhos sobre a economia brasileira para a embaixada dos Estados Unidos. Dirigindo-se ao embaixador, Mario Abrantes da Silva Pinto informou o recebimento de 4.562, 50 dólares para as traduções de “O desenvolvimento econômico brasileiro no após Guerra”, de Mario Simonsen, “O Estado e a Evolução Brasileira”, de Helio Jaguaribe, o “Sistema tributário brasileiro”, de Otávio Bulhões, entre outros que, no nosso ponto de vista, apontam para um conjunto de trabalhos que versavam sobre a realidade brasileira em disputa com as interpretações marxistas e radicados em escolas consideradas “neutras” no terreno do debate do desenvolvimento nacional².

² A lista completa está no documento da Consultec para o Embaixador L. Gordon, de 23 de fevereiro de 1963 no Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, caixa s/n “correspondências”.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil de atuação de Aguiar com a Embaixada e as ações de produção de livros, merece ainda ser pensada para o período posterior à formulação da Aliança para o Progresso e a consolidação de novos mecanismos da política externa estadunidense. No caso dos estudos sobre a Guerra Fria Cultural no Brasil, encontramos um debate já demarcado pela abordagem da própria difusão do Congresso pela Liberdade da Cultura, com a apresentação de documentação a respeito da participação dos intelectuais brasileiros na montagem de grupos e periódicos, como foi o caso, por exemplo, da produção dos Cadernos Brasileiros, estudados por Marcelo Ridenti (2022). Os autores Saunders (2008), Cancelli (2017), Ridenti (2022), mostraram que o financiamento dos governos e da CIA, direcionados para o Congresso não era, necessariamente uma grande preocupação para os intelectuais que se envolveram com os movimentos “pela Liberdade”, que, segundo Saunders, “ficaram ligados pelo cordão do outro” (2008). A extensão desse “cordão” financiador se fez sentir, na América Latina e no Brasil, em tantas outras iniciativas, como para o erguimento de bibliotecas e o patrocínio da divulgação de títulos, que ampliavam a expansão da cultura “americana”, sem que a ação deixasse explícita a movimentação interventora dos Estados Unidos na parceria.

Concluimos que, no caso da relação entre Aguiar e a Embaixada, a busca pelo contato ocorria especialmente da parte do Embaixador, por intermédio de Fred Dickens Jr., que atuava no Consulado em Salvador. Além disso, o papel da União Brasileira de Escritores, que foi presidida por Aguiar, a formação do IENA, em Salvador, mostram a organização de uma associação e um grupo para dialogar com a intervenção dos Estados Unidos da divulgação da política livreira e na construção de diálogos e parcerias entre os dois países. Aguiar já demonstrava articulação internacional em outros momentos, e, naquele momento, se tornou um mediador cultural consolidado em ato. Ao mesmo tempo em que a empresa atuou com a produção de títulos diversificados para a sua sustentação no mercado de livros, seu destaque como intérprete foi marcado nas Ciências Econômicas. Ali, o tema do “Projetamento”, como ele, Rômulo Almeida e Ignácio Rangel chamavam, indicavam perspectivas (que não puderam ser exploradas no espaço desse texto) para uma via alternativa de discussão sobre a intervenção do Estado e a iniciativa privada na gestão do desenvolvimento econômico brasileiro. Tal perspectiva concorria com o viés marxista que estava presente no grupo da CEPAL ou mesmo no ISEB e ganhava um status de neutralidade que interessava mais ao modo “americanista” de compreender a questão.



REFERÊNCIAS:

- AMADO, Jorge. Acabou-se a Corte. In: **Leitura**, (Rio de Janeiro) n. 30, p.8, Ano XVIII, nº 10, 1959. (Acervo digital Hemeroteca da Biblioteca Nacional).
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil e a Guerra Fria Cultural**. O Pós-Guerra em Releitura. São Paulo: Intermeios, 2017.
- CHASTEEN, Jhon Charles. **América Latina, uma História de Sangue e Fogo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- CHOMSKY, Noam. **Contendo a Democracia**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.
- DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? Tradução de SARAIVA, Maria Rosário. In: **Revista Prisma**, 2003.
- FUENTES, J. M. Osvaldo Sunkel - Um intelectual indispensável para entender o mundo das últimas décadas. In: SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (org.). **Celso Furtado: a esperança militante (Depoimentos)**, vol. 2. Campina Grande: Eduepb, 2020. p. 285-295.
- GANDIN, Greg. **A sombra de Kissinger. O longo alcance do mais controverso estadista americano**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e Ação Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere (Volume 2). Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HALLEWELL, Lawrence. **O Livro no Brasil: Sua História**. São Paulo: Edusp, 1985.
- IORIS, Rafael R. A agenda do desenvolvimento nacional e seu papel na rearticulação da atuação internacional do Brasil na Emergência da Guerra Fria hemisférica. (**Syn) tesis**, v. 15, n. 2, p 70-86, nov. 2022.
- MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14, out, 1999.
- MERKEL, Ian. **Termos de Troca. Intelectuais brasileiros e as Ciências Sociais Francesas**. São Paulo: Edusp, 2023.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MITIYO, Eliza Morinaka. **Tradução como política: escritores e tradutores em tempos de guerra (1943-1947)**. Salvador: Edufba, 2020.
- MOZER, Josiane. **A arquitetura da dominação: o programa editorial da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1968)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- OLIVEIRA, Laura de. **Guerra Fria e Projeto Editorial. A trajetória das edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil. (1956-1968)**. Maringá, Eduem: 2015.
- PAIM, Gilberto. Ignácio Rangel: um intérprete original da Realidade Brasileira. In: REGO, José Marcio; MAMIGONIAN, Armen (org.). **O Pensamento de Inácio Rangel**. São Paulo: 34, 1998.



PEDRÃO, Fernando Cardoso. **Qual Estado?** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1988.

REGO, José Marcio; PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. In: REGO, José Marcio; MAMIGONIAN, Armen (org.). **O Pensamento de Inácio Rangel**. São Paulo: 34, 1998.

RIDENTI, Marcelo. **O Segredo das Senhoras Americanas. Intelectuais, internacionalização e financiamento da Guerra Fria Cultural**. São Paulo: Unesp, 2022.

ROCHA, Fernando. **Progresso Editora: Tribuna e Paixão de Pinto de Aguiar**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1996.

SANGIOVANNI, Ricardo Fagundes. **A cor das elites. Questão racial e pensamento social através da trajetória intelectual de Thales de Azevedo**. Tese (Doutorado Pós-Afro) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**, Trad. de Vera Ribeiro, Salvador/Rio de Janeiro: Edufba/Pallas, 2004.

SANTOMAURO, Fernando. **A United States Information Agency e sua ação no Brasil. De 1953 A 1964**, Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.

SAUNDERS, Franis Stonor. **Quem Pagou a Conta? A CIA na Guerra Fria da Cultura**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto. Hegemonia, aparelhos privados e pesquisas na linha de pesquisa Estado e Poder. In: SILVA, Carla Luciana; PONTAROLO, Fábio; RIPPEL, Leomar; RIBEIRO, Marcus Vinicius (org.). **Estado e Poder. Luta de classes e hegemonia**. Minas Gerais: Navegando Publicações, 2021.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2010.

WASSERMAN, Cláudia. Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile. **História Unisinos**, n. 16, p. 82-92, abr. 2012.

DOCUMENTOS

(DOC 1) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta de Carl Santos para Manuel Pinto de Aguiar”, 15 de agosto de 1959, Cx. 8.

(DOC 2) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Manuel Pinto de Aguiar para Vasconcelos Maia”, março de 1960, Cx. 20.

(DOC 3) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Manuel Bandeira a Manuel Pinto de Aguiar”, 16 de junho de 1960, Cx. 20.

(DOC 4) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de José Silveira para Noel Bernard”, 16 de fevereiro de 1960, Cx.20.

(DOC 5) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta de Manuel Pinto de Aguiar para Luís Vasconcelos”, 1 de junho de 1960, Cx.20.



- (DOC 6) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Balanço geral, Aguiar e Souza Ltda”, 31 de dezembro de 1961, Cx. 20.
- (DOC 7) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Fernando Pedrão a Manuel Pinto de Aguiar”, 5 de agosto de 1957, Cx. 8.
- (DOC 8) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Fernando Pedrão para Manuel Pinto de Aguiar”, 17 de junho de 1959, Cx. 8.
- (DOC 9) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta de Deraldo para Manuel Pinto de Aguiar”, 6 de agosto de 1959, Cx. 8.
- (DOC 10) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta de Paulo Brandão para Manuel Pinto de Aguiar”, 5 de outubro de 1959, Cx. 8.
- (DOC 11) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta de Fred Dickens para Manuel Pinto de Aguiar”, Consulado Americano, Salvador, 29 de janeiro de 1959, Cx. 8.
- (DOC 12) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta do Foreign Service of the USA – USIS”. Consulado Americano, Salvador, 27 de agosto de 1959, Cx. 8.
- (DOC 13) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Fred Dickens Jr. para Manuel Pinto de Aguiar”, 24 de março de 1959, Cx. 8.
- (DOC 14) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta de Fred. Dickens Jr. (IENA) a Manuel Pinto de Aguiar”, 23 de junho de 1959, Cx. 8.
- (DOC 15) Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 21 de maio de 1950, p.14, Edição 17539.
- (DOC 16) “A fundação Kellog e seus bolsistas brasileiros”, 29 de abril de 1955, Rio de Janeiro, Correio da Manhã, p.2, edição 19045.
- (DOC 17) “Para que brasileiros e norte-americanos mais se estimem, melhor se compreendam. O adido cultural Lawrence S. Morris dá impressões sobre o intercâmbio entre Estados Unidos e Brasil”. Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 1955, p. 22, edição 19085.
- (DOC 17) *Idem, ibidem.*
- (DOC 18) “História do Cinema”, Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 20 de junho de 1958, p. 12, edição 20009.
- (DOC 19) “Intercâmbio cultural entre o Brasil e os Estados Unidos”. Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 30 de outubro de 1955, p. 10, edição 19203.
- (DOC 19) *Idem, Ibidem.*
- (DOC 20) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Fred W. Dickens Jr. a Manuel Pinto de Aguiar”, s/data, Cx. 20.



(DOC 21) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Ignácio Rangel para Manuel Pinto de Aguiar”, março de 1958, Cx. 8.

(DOC 22) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Manuel Pinto de Aguiar pra Inácio Rangel”, 20 de fevereiro de 1958, Cx. 8.

(DOC 22), *Idem*.

(DOC 23) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Enzo Távora para Manuel Pinto de Aguiar”, 17 de dezembro de 1959, Cx. 8.

(DOC 24) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Como atuaria uma casa de cultura em convênio com o núcleo da UBE?” (documento de cópia datilografada, com data anotada a lápis, com referência a 1958), Cx. 20.

(DOC 25) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Estatuto da UBES”, Cx. 20.

(DOC 26) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, “Carta da União Brasileira de Escritores para a Livraria Progresso”, 14 de maio de 1959, Cx. 8.

(DOC 27) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Manuel Pinto de Aguiar para Armando”, 25 de maio de 1961, Cx. 20.

(DOC 28) Fundo Manuel Pinto de Aguiar, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia “Carta de Manuel Pinto de Aguiar para Luís Vasconcelos”, 1 de junho de 1960, Cx. 20.